

A Comunicação e o Jornalismo diante das novas Diretrizes Curriculares: notas sobre um dissenso no campo

As novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de Graduação em Jornalismo, que foram homologadas pelo Ministério da Educação no último dia 12 de setembro, constituem-se em tema fértil para uma reflexão sobre a estrutura e o funcionamento do campo da Comunicação, a partir de um ponto de vista da pesquisa.

Encerrado o longo processo de discussão, elaboração e homologação das Diretrizes, que colocou em evidência um dissenso tão antigo quanto latente na área, e cujos agentes – profissionais, professores e pesquisadores – foram lançados, pela força das circunstâncias, num conflito envolvendo a área de Comunicação no sentido lato e as demandas específicas do ensino e da pesquisa em Jornalismo, a questão agora assume uma outra feição: trata-se de refletir sobre os efeitos deste novo paradigma sobre o funcionamento do campo da Comunicação e, por consequência, do campo do Jornalismo.

Desde sua constituição no Brasil, há cinco décadas, a Comunicação enquanto campo de investigação sempre foi naturalmente entendida como uma área aberta, um campo poroso e receptivo aos influxos das demais áreas do saber. Esta característica sempre foi nomeada com a rubrica da chamada interdisciplinaridade e isto sempre foi visto como uma qualidade.

Só mais recentemente foram surgindo vozes dissonantes a este consenso, que passaram a apontar as fragilidades dessa “natureza” interdisciplinar do objeto de pesquisa. Alguns autores empenharam-se em sublinhar, por exemplo, o fato de que “a pesquisa da comunicação de massa se constituiu historicamente sem privilegiar o estudo dos meios de comunicação”. (Martino, 2000: 106). Outros, colocando-se numa posição mais radical, argumentavam que os estudiosos da área não se dedicavam “especificamente ao estudo do processo comunicacional em si, praticando, no mais das vezes, uma sociologia, uma antropologia, uma economia política das comunicações, tudo isso muito afastado do estudo da própria comunicação interpessoal”. (Marcondes Filho, 2008: 69).

Por questões de espaço, cito apenas essas duas posições, que sintetizam e ilustram o teor das preocupações teóricas que perpassam o campo da Comunicação na contemporaneidade.

Nesse sentido, acredito que o impacto da implantação das novas diretrizes para o curso de Jornalismo vai muito além das questões de formação profissional, também elas de extrema importância. Sua influência não tardará a se fazer sentir na própria constituição do campo da pesquisa em jornalismo, e isso por um motivo muito simples: trata-se de uma área que ainda está em busca de um estatuto científico próprio. No campo da pesquisa, as novas diretrizes vão estimular a busca por maior autonomia em um campo – como o jornalismo – que nasceu a partir da prática e que só lentamente vai construindo seu corpo teórico, com métodos próprios.

Ora, se, como observa Bourdieu, um campo aberto é um campo enfraquecido, então a discussão ganha uma dimensão que é, sobretudo, de política científica. Em outras palavras, é como se disséssemos que a ultrapassagem da sociologia do jornalismo somente se fará à custa do desenvolvimento teórico do jornalismo, se é que isso é possível.

É neste ponto que chegamos ao aspecto que mais tem gerado controvérsia em relação às novas diretrizes: o risco de fragmentação ou de atomização do campo comunicacional, sintetizado na posição da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). Em documento encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, a COMPÓS alertava para o risco de atomização do campo comunicacional trazido pela adoção das Diretrizes numa área que vem “tentando se construir do ponto de vista acadêmico-científico”.

O documento da COMPÓS alertava também para os prejuízos na formação dos jornalistas, para a docência e para a pesquisa, trazidos por “um pensamento tecnicista e disciplinar, enquanto no resto do mundo centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos disciplinares e a objetos nitidamente recortados”. (DCN/MEC/CNE, 2013).

A questão de fundo que interessa recortar aqui está em saber se, do ponto de vista epistemológico, a Comunicação deve ou não continuar a ser o que sempre foi: uma área

aberta, um local onde pesquisadores de todos os campos se encontram, recolhem seus objetos e realizam suas pesquisas a partir de pontos de vista de suas próprias disciplinas.

Nesse sentido, a possibilidade de se chegar a uma epistème comunicacional permanece como algo distante, na medida em que pertencemos a uma área marcada pelo nomadismo metodológico. Ora, se considerarmos a Comunicação como uma ciência nômade, então os desafios para o Jornalismo enquanto campo de investigação são ainda maiores. É este novo horizonte que se descortina a partir da vigência, agora oficial, das novas Diretrizes Curriculares para o Jornalismo. Perguntar sobre o impacto deste novo paradigma do campo nas investigações teóricas é a tarefa que se impõe aos pesquisadores da área. No fundo, esta também é uma questão de política científica.

Referências

MARTINO, Luiz C. “Contribuições para o estudo dos meios de comunicação”. Revista FAMECOS, nº 13. Porto Alegre, dezembro/2000.

MARCONDES FILHO, C. “Martín-Barbero, Canclini, Orozco. Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana”. Revista FAMECOS, nº 35. Porto Alegre, abril/2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. Parecer 39/2013.